

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação deve ter acelerado em abril..... 3

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Doações internacionais ao Rio Grande do Sul serão isentas de impostos..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad vai apresentar nova proposta de reoneração..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor do comércio e serviços pede ajustes na regulamentação da reforma tributária - CAPITAL S/A..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Vinculação entre Previdência e mínimo entra na mira de Tebet..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bancos têm 3 prioridades na reforma tributária..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy: sem combate à sonegação, alíquota pós-reforma seria maior..... 12

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: regulamentação terá 6 relatores setoriais e um coordenador na Câmara..... 13

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: como será a desoneração da cesta básica e outros alimentos (Reforma tributária)..... 14

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que de fato está em jogo na Reforma Tributária brasileira?..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O impacto positivo da legalização das apostas on-line no país - VISÃO DO DIREITO..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo negocia liberar máximo de emendas individuais ao Congresso..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Setores querem esticar prazo para a reoneração, mas Fazenda resiste..... 20

Quinta-Feira, 9 de Maio de 2024

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Com Copom dividido, Selic vai a 10,5% 22

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

COPOM reduz ritmo e taxa SELIC cai para 10,50% ao ano 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Copom rachado reduz menos os juros - CELSO MING 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Crise gaúcha e a negação da ciência - MÍRIAM LEITÃO 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Senado autoriza antecipar R\$ 15,7 bi em gastos 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Planalto resiste a separar benefícios e salário mínimo 32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Desastre afeta mais de 80% da atividade econômica no RS 33

Arrecadação deve ter acelerado em abril

Lu Aiko Otta

Depois de um mês de março forte, mas abaixo das projeções, a arrecadação federal recuperouse em abril e registrou um desempenho bastante próximo das expectativas do governo. É o que mostram dados preliminares extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) por fonte da área técnica.

No mês, as receitas diretamente administradas pela **Receita Federal** tiveram crescimento superior a 15%, em termos nominais, em relação a abril de 2023, indicam os números.

Com isso, aproximou-se das projeções elaboradas pelo governo que deram base à meta de zerar o déficit público neste ano.

Os dados refletem uma economia aquecida. Segundo fonte da área técnica, chamou a atenção o forte desempenho da Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), que reflete o faturamento das empresas.

Também seguiu com bom desempenho a arrecadação de receitas previdenciárias, indicando um mercado de trabalho robusto.

Assim, os números indicam que as receitas administradas ficaram ligeiramente abaixo dos R\$ 612 bilhões projetados para o primeiro quadrimestre do ano.

Esse dado sozinho não permite dizer se o governo segue ou não na trilha de cumprimento da meta de zerar o déficit. É preciso considerar também o desempenho das receitas não administradas pela Receita, como as de dividendos e concessões. Além disso, as despesas têm surpreendido a área econômica com um crescimento acima do projetado.

As medidas de socorro ao Rio Grande do Sul são outro ponto de incerteza. A arrecadação pode ser afetada se as medidas de adiamento no recolhimento de **impostos** forem estendidas.

As despesas certamente terão um acréscimo devido às medidas de socorro. Porém, o decreto legislativo que reconhece a calamidade no Estado permite retirar essas despesas do limite de gastos do arcabouço e do cálculo do resultado primário das contas públicas.

No próximo dia 22, o governo divulgará novas projeções de receitas e despesas para este ano e, se for necessário para o cumprimento da meta fiscal ou do limite de despesas do arcabouço, adotará medidas para conter despesas.

Apenas neste ano, a lei do arcabouço permite elevar o limite das despesas em cerca de R\$ 15,5 bilhões, por meio de um crédito suplementar.

A decisão é tomada após a divulgação das novas projeções.

A medida poderá ser adotada se a arrecadação estiver com um desempenho melhor do que o visto no ano passado e se as projeções apontarem para o cumprimento da meta fiscal.

O projeto de lei que recria o DPVAT, que foi aprovado ontem no Senado e agora vai a sanção presidencial, contém um dispositivo que permite antecipar essa decisão para 22 de março. Na avaliação de técnicos, o efeito prático dessa medida tende a ser muito pequeno - apenas uma antecipação de poucos dias.

O espaço fiscal adicional deverá ser utilizado para acomodar despesas obrigatórias que estão maiores do que o esperado - caso da Previdência. Outras áreas disputam a possibilidade de utilizar os R\$ 15,5 bilhões. Por exemplo, o Ministério da Gestão quer acomodar reajustes para os servidores.

Além disso, o governo negocia com o Congresso o uso de R\$ 3,6 bilhões para pagar uma parcela de emendas parlamentares. O veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a R\$ 5,6 bilhões em emendas tende a ser derrubado.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187865>

Doações internacionais ao Rio Grande do Sul serão isentas de impostos

As doações internacionais ao Rio Grande do Sul serão isentas de **impostos**, informou nesta quarta-feira (8) a **Receita Federal**. Além de não pagarem **tributos**, os produtos vindos do exterior terão tratamento expresso na alfândega.

Segundo o Fisco, a medida foi tomada diante do grande número de doações.

Pessoas físicas de outros países podem entregar as doações às alfândegas e às inspetorias na fronteira terrestre.

Os agentes públicos encaminharão as mercadorias para o Brasil.

Em relação às doações que chegarem por meio aéreo e aquaviário, as mercadorias poderão ser despachadas por meio de Declaração Simplificada de Importação em papel (DSI formulário), Declaração Simplificada de Importação e Declaração de Importação destinadas ao estado do Rio Grande do Sul ou algum de seus municípios envolvidos na destinação das mercadorias doadas.

Os bens doados passarão por inspeções e pelos controles da **Receita Federal** e dos demais órgãos que atuam no comércio exterior, como Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Ministério da Agricultura. As mercadorias, porém, terão liberação rápida.

No caso de dúvidas, a Receita orienta as pessoas a entrarem em contato com a unidade por onde as mercadorias em doação do exterior entrarão no país para orientações.

Segundo o balanço mais recente da Defesa Civil, as enchentes no Rio Grande do Sul deixaram mais de 100 mortos.

O número de desaparecidos está em 128 e há 163.720 desalojados temporariamente e 66.761 desabrigados. Cerca de 1,45 milhão de pessoas já foram afetadas pelas consequências das chuvas em 417 municípios.

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-05-08%2020:43:12.pdf>

Haddad vai apresentar nova proposta de reoneração

Rafa Neddermeyer/Ag.ncia Brasil



No programa *Bom dia, ministro*, Haddad defendeu reoneração

» **FERNANDA STRICKLAND**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, esperar que a nova proposta de reoneração da folha de pagamentos possa pacificar o tema, já que essa discussão vem se desenrolando há mais de 10 anos. Após ter conversado com representantes do setor, Haddad disse que pretende apresentar ao presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), uma nova alternativa.

"Esta semana nós fizemos uma proposta e o setor fez uma contraproposta ontem (terça-feira).

Eu achei por bem, até por recomendação do presidente, e pelas boas práticas políticas, pedir uma reunião com o presidente (do Congresso) Rodrigo Pacheco para que ele tomasse ciência da proposta do Ministério da Fazenda e da contraproposta dos setores, que está em consonância com o que nós entendemos, que pode ser um caminho de pacificação", disse o ministro, em entrevista a emissoras de rádio no programa *Bom dia, ministro*, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Segundo Haddad, a reoneração se dará de forma gradual e será conduzida, como já vinha sendo planejado, após a conclusão da reforma dos **tributos** sobre consumo, cuja conclusão, na Câmara, está prevista para julho.

Na avaliação do ministro, a reoneração, junto com a

reforma tributária, tende a colocar o Brasil no pelotão da frente entre os melhores sistemas tributários do mundo. "A questão da reoneração se insere em um quadro muito mais amplo, de construir um sistema mais transparente", disse o ministro.

Judicialização O ministro espera tratar do assunto com Pacheco ainda essa semana. Até o fechamento desta edição, o encontro não constava da agenda de nenhum dos dois.

Na semana passada, os presidentes Lula e Pacheco reuniram-se, no Palácio da Alvorada, na tentativa de apurar as arestas criadas pela judicialização da lei que prorroga as desonerações até 2027.

No dia 24 de abril, a Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo para suspender a desoneração de **impostos** sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de municípios pequenos.

No dia seguinte, o ministro Cristiano Zanin concedeu liminar acatando o pedido.

Pacheco subiu o tom e chegou a publicar uma nota à imprensa reclamando da judicialização.

Ele não apenas disse que houve precipitação ao levar o tema para o Supremo, como alertou que o impasse "gera uma crise de confiança na relação entre os Poderes para outros tantos temas que pressupõem uma relação de confiança".

No encontro com Lula, também foram discutidas as pautas capazes de causar rombos nas contas públicas - como a PEC do Quinquênio - e outras questões, que vêm causando ruídos na relação entre o Congresso e o Palácio do Planalto.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5933/09-05-2024.html?all=1>

Setor do comércio e serviços pede ajustes na regulamentação da reforma tributária - CAPITAL S/A

CAPITAL S/A

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) elaborou um documento que sintetiza o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta a **Reforma Tributária**.

E, principalmente, aponta os pontos que, segundo a entidade, precisam de "ajustes para evitar prejuízos e retrocessos ao setor terciário". A CNC afirmou que reconhece a importância do PL que será agora discutido pelo Congresso Nacional "como um passo significativo para a modernização e simplificação do sistema tributário brasileiro. No entanto, alguns artigos demandam atenção". Entre eles: - Creditamento condicionado ao "efetivo pagamento": o artigo 28, § 2º, suscita preocupações quanto à transferência de responsabilidades do estado para o empresário, podendo ferir o princípio da não cumulatividade.

- Valor de referência nas operações imobiliárias: a adoção do valor de referência como base de cálculo das operações de alienação, conforme o artigo 239, I, pode gerar distorções no mercado imobiliário.

- Regimes de hotéis e parques: restrições ao fornecimento de crédito por empresas inseridas em regime não cumulativo, como hotéis e parques, conforme o artigo 272, merecem revisão para garantir a justiça fiscal.

Pontos positivos do PL

Entre os aspectos positivos, a CNC aponta: » A Nota Fiscal Eletrônica padrão nacional: a proposta de implementar uma Nota Fiscal Eletrônica padronizada em todo o país, conforme o artigo 56, §1º, é uma medida que a CNC apoia como forma de simplificar e agilizar os processos fiscais.

» A Unificação das leis tributárias: a unificação das leis do ICMS, ISS, PIS e Cofins em uma legislação única, conforme previsto no PL, é um avanço importante na direção da simplificação e redução da burocracia tributária.

» A Tabela de medicamentos: a possibilidade de

inclusão de novos medicamentos na listagem de reduções anualmente, conforme o artigo 122, § 3º, é uma medida relevante para garantir o acesso da população a tratamentos essenciais.

Espaço dedicado à Decameron

Hoje, a partir das 17h, a multimarcas de mobiliário brasileiro Hill House recebe clientes, arquitetos, designers de interiores e artistas para a apresentação do espaço dedicado à Decameron, com a presença do designer e criador da empresa Marcus Ferreira. A busca pela excelência de suas peças lhe rendeu inúmeros prêmios nacionais e internacionais, como o mais recente, março passado, o IF Design Award 2024, vencedor na categoria Home Furniture/Sofá com o Sofá BASE.

A peça redefine os padrões de inovação, conforto e versatilidade voltado tanto para ambientes indoor como também outdoor.

Artes visuais

Na ocasião também serão inauguradas a mostra de artes visuais do Coletivo Lote 1 e a vitrine conceito criada pelo artista Mário Jardim que realiza um site com trabalhos em cerâmica e a Poltrona Chifruda, de Sérgio Rodrigues.

A Hill House fica no Casapark.

Sabin celebra 40 anos

Janete Vaz, Sandra Soares Costa e Lídia Abdalla celebraram na sede do Grupo Sabin, em Brasília, com centenas de colaboradores, os 40 anos do Grupo Sabin. A empresa alcançou destaque nacional no mercado como a terceira maior rede de medicina diagnóstica do Brasil, atendendo mais de 6,5 milhões de clientes, milhões por ano, com 7 mil colaboradores, distribuídos por 350 unidades em 14 estados brasileiros e no DF.

Gestão humanizada

"Somos gratos pela empresa sólida que as sócias

fundadoras, Janete e Sandra, construíram, por nos permitirem fazer parte desse sonho, por compartilharem seus valores, pela generosidade com todos nós, colaboradores e sociedade, e agradeço por me confiarem a responsabilidade de comandar a gestão nesses últimos 10 anos", disse Lídia Abdalla.

Sucesso internacional de volta a Brasília

Um bem-sucedido caso internacional de produção teatral brasileira Tom na fazenda retorna a Brasília em junho, após ganhar os palcos da Europa em uma turnê por 28 praças lotando teatros ao longo de 130 dias. Há relatos de pessoas que acompanham a peça por diferentes cidades para poder assistir mais de uma vez. Entre os temas abordados, homofobia e choque cultural. A montagem, com direção do brasileiro Rodrigo Portella para texto do canadense Michel Marc Bouchard, tem no elenco Armando Babaioff, também idealizador do projeto, Denise Del Vecchio, Gustavo Rodrigues e Camila Nhary. As apresentações serão no Teatro Royal Tullip, dias 7, 8 e 9 de junho.

Site:

<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/imprensa/5933/09-05-2024.html?all=1>

Vinculação entre Previdência e mínimo entra na mira de Tebet

FERNANDA TRISOTTO CÉLIA FROUFE BRASÍLIA

De olho na perspectiva de estrangulamento do orçamento da Previdência a partir de 2027, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, planeja entregar ao governo, até o fim de 2025, um plano para desvincular alguns benefícios previdenciários da política de valorização do salário mínimo.

Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, ela afirmou que as correções desses benefícios ainda seriam feitas considerando a **inflação** do período e possivelmente mais um percentual, mas numa proporção menor do que no modelo atual. Pelas normas em vigor, a correção do salário mínimo - usada como indexador para o reajuste dos benefícios previdenciários - leva em conta o crescimento do **PIB** de dois anos anteriores e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano que antecede a fixação do valor do salário.

"Já tenho um quadro que me mostra que eu preciso garantir, por exemplo, a aposentadoria do trabalhador, o abono salarial - se é que vai continuar, que é uma política em que o presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) confia -, o seguro-desemprego, que é algo extremamente necessário, o BPC (Benefício de Prestação Continuada, pago a idosos e a pessoas portadoras de deficiência sem outra renda) e tudo mais", afirmou ela.

A ideia do Planejamento é calcular até o fim do ano que vem o impacto total da valorização do salário mínimo acima da **inflação** sobre esses benefícios.

A partir daí, serão feitos exercícios. Por exemplo: usando-se a correção pelo IPCA mais 1%.

"Eu não vou desvalorizar essas políticas, vou fazê-las crescer acima da **inflação**", garantiu ela, explicando que, se a taxa de crescimento do **PIB** continuar a ser usada, obrigará o governo a abrir espaço fiscal e retirar recursos de outros programas sociais considerados essenciais. "É preciso garantir que, com isso, ninguém fique fora do Orçamento brasileiro ou da Previdência." Em paralelo, a ministra aposta que a **reforma tributária** e o crescimento do País serão capazes de levar o governo a atingir a meta fiscal ou, até mesmo, a gerar superávits. "O restante é dever de casa: gastar bem o que se tem. Então, é uma questão

de escolhas, não é? É repriorizar", afirmou.

BUSCA DE CONSENSO. Ela reforçou o prognóstico de que, a partir de 2027, a Previdência vai começar a corroer mais recursos e a entrar no espaço fiscal das despesas obrigatórias. De qualquer forma, segundo Tebet, tem de ser apresentada pela sua pasta uma proposta que tenha apoio não apenas do Planalto, mas também do Congresso.

"No governo do presidente Lula, ninguém vai revisar políticas públicas para fazer superávit, não é esse o objetivo. Só que nós temos uma regra fiscal que exige que a gente tenha meta zero no ano que vem e, para eu alcançar a meta zero e para podermos minimamente ter sustentabilidade para que não tenhamos de revisá-la, temos de crescer", defendeu.

"É o crescimento do Brasil acima das expectativas do mercado que vai fazer a gente alcançar a meta zero, paralelamente a um controle fiscal, que é um controle de gastos.

Ou seja: eu não vou criar moda", acrescentou.

A ministra enfatizou que 2023 e 2024 são anos de trabalho "no varejo" em relação à revisão de gastos. Quando a necessidade de se atuar "no atacado" surgir, explicou, ela terá de estar com todas as opções definidas no cardápio.

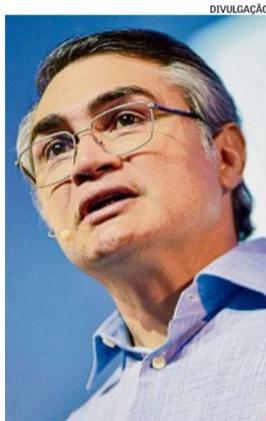
A ministra reforçou que tem "convicção" de que a meta fiscal para este ano não pode ser mudada "de forma alguma", e que esse é um pensamento compactuado também pelo colega da Fazenda, Fernando Haddad.

"Acredito que seja a mesma linha do ministro da Fazenda, não é? Pelo menos, nas vezes que converso com ele, me garante isso", relatou. Para Tebet, o arcabouço fiscal está muito focado ainda na meta fiscal, mas o cerne desse instrumento, de acordo com ela, é o limite de gastos em relação às receitas, que conta ainda com uma segunda trava, que é o teto de despesas de 2,5% para se fazer um trabalho anticíclico.

"No governo do presidente Lula ninguém vai revisar políticas públicas para fazer superávit, não é esse objetivo" Simone Tebet Ministra do Planejamento

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Bancos têm 3 prioridades na reforma tributária



"Essa é uma assimetria que trará impactos para a indústria bancária"
Isaac Sidney

Marta Watanabe

Além da preocupação com a fixação da alíquota que será aplicada aos serviços financeiros, os bancos devem levar ao governo e ao debate no Congresso questões relativas a pelo menos três pontos considerados prioritários na proposta de regulamentação da **reforma tributária** sobre consumo.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em um deles já se antevê risco de judicialização e de maior custo para operações de crédito. Em outro, há um pedido de remuneração aos bancos pelos investimentos, desenvolvimento de sistemas e prestação de serviços que serão demandados para viabilizar o chamado split payment, instrumento que tem sido apontado pelo governo como algo que vai assegurar às empresas o direito aos créditos dos novos **impostos** criados pela reforma.

Isaac Sidney, presidente da Febraban, diz que o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 proposto pelo governo para regulamentação da reforma é meritório.

Um dos acertos, menciona, é a possibilidade de as empresas poderem se creditar dos **tributos** pagos nos empréstimos, o que tem potencial de reduzir o spread (ver texto abaixo). Mas Sidney considera "imperativo"

que o novo sistema não resulte em aumento de carga.

A emenda da reforma (EC 132/23) estabeleceu a criação de um regime específico para tributação dos serviços financeiros e também trouxe uma trava de carga tributária para operações de crédito dos bancos pelo prazo de cinco anos. A alíquota que será aplicada aos serviços financeiros é um ponto ainda sob análise, diz Sidney. Ele lembra que a alíquota ainda não está definida e que ela será relevante para cumprir a trava de carga.

A metodologia, defende, deve ser debatida e precisa ser a mais clara e simples possível.

A emenda também estabeleceu que o regime específico para o cálculo do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) vale somente para os serviços financeiros. Tarifas e comissões cobradas pelos bancos pagarão o IBS e a CBS padrão, da regra geral, seguindo também as normas gerais de incidência.

Cálculo do spread

Um dos assuntos considerados prioritários e que os bancos querem levar para debate está relacionado ao cálculo do spread das operações de crédito. O spread será a base para o cálculo do IBS e da CBS nas operações de crédito e se traduz, a grosso modo, pela diferença entre o custo de captação e os juros cobrados nos empréstimos.

Para se chegar a essa base, o PLP do governo propõe partir de da receita de serviços financeiros, já retiradas as receitas com tarifas e comissões.

Dessa receita são deduzidas determinadas despesas, encargos e perdas. Uma delas é a despesa de captação. O problema, diz Sidney, é que o PLP veda a dedução de despesas de captação quando não se consiga comprovar que se destinaram a um conjunto específico de operações. Segundo ele, trata-se de vinculação "praticamente impossível de se fazer".

"Não há como carimbar os recursos captados, para vincular se serão utilizados em uma modalidade específica de operação. Se essas despesas, que são representativas nas operações de crédito, não puderem ser deduzidas, isso impactará o custo do

crédito", diz. "Já antevemos risco de judicialização sobre o tema, dado que isso poderá levar a autuações volumosas."

"Essa é uma assimetria que trará impactos para a indústria bancária" Isaac Sidney

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187865>

Split Payment

Outra questão é o split payment, instrumento que permitirá, no pagamento de bens e serviços, a segregação automática do quinhão de **tributos** à União, que arrecadará a CBS, e a Estados e municípios, que irão gerir em conjunto o IBS. O instrumento é considerado crucial no funcionamento do sistema de débitos e créditos que garantirá a não cumulatividade ampla prometida.

Como o PLP condiciona os créditos de IBS e CBS pagos na aquisição de bens e serviços ao efetivo pagamento dos **tributos** pelos fornecedores, o split payment asseguraria o direito ao crédito.

Na última sexta, quando participou de debate sobre **reforma tributária** em São Paulo, Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária de **Reforma Tributária**, disse que a ideia é que o split payment tenha aplicação ampla, em operações pagas com pix, drex, boletos ou cartões de crédito, entre outros.

Somente pagamentos em espécie e cheques ficariam de fora. A modelagem tecnológica, disse, está sendo discutida com o Banco Central.

Sidney diz que o setor bancário, "o mais impactado nessa questão, dado o volume de pagamentos que são por ele realizados", não foi chamado para discutir o tema. "Essa é uma questão mega-aberta, que não sabemos como vai ser. Haverá necessidade de desenvolvermos sistemas, trará responsabilidades e será um serviço de arrecadação.

O mínimo que vamos postular é que haja remuneração pelos serviços que iremos prestar para liquidar o pagamento do tributo e para segregar e repassar a parte da União e dos Estados."

Receitas financeiras

Outro ponto que os bancos querem discutir é a tributação pelo IBS e CBS de receitas financeiras sobre o capital dos bancos. "Não compreendemos como rendimentos financeiros, dividendos e demais participações societárias, quando obtidos por empresas não financeiras, não terão incidência do IBS e da CBS. Mas quando essas mesmas receitas, de mesma natureza, forem obtidas por instituições financeiras, daí haverá a incidência do IBS e da CBS. Essa é uma assimetria que trará impactos para a indústria bancária", diz.

Appy: sem combate à sonegação, alíquota pós-reforma seria maior

Guilherme Pimenta

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou ontem que a alíquota média do novo sistema tributário do consumo proposta pelo governo, de 26,5%, poderia ser até 2 pontos percentuais mais alta caso o projeto não estabelecesse mecanismos para coibir fraudes fiscais e a sonegação tributária, como o split payment.

O sistema prevê que os **impostos** criados pela reforma serão recolhidos já no momento do pagamento, quando o banco vai separar o valor para os cofres públicos dos entes nacionais. Isso ocorrerá com a intenção de combater a sonegação fiscal. O texto não prevê, hoje, nenhum modelo de remuneração pelo sistema.

Para permitir essa forma de recolhimento, diz o texto enviado ao Congresso, os meios de pagamento digitais deverão ser adaptados para que, nas transações de pagamento relacionadas a operações com bens ou com serviços, haja a vinculação entre as informações da transação e os documentos fiscais relativos às operações e, quando for o caso, os valores do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).

"Isso [sistema de combate às fraudes] explica uma redução de mais de dois pontos na alíquota do imposto. Se tirar isso do projeto e mantiver o nível atual de sonegação, será mais de dois pontos maior a alíquota", estimou o secretário durante uma audiência na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara.

O split payment poderá ser aplicado em todas as operações com cartão de crédito, boletos ou pix.

Operações feitas em dinheiro ou com cheque ficariam de fora. O modelo está sendo desenvolvido junto com o Banco Central.

Questionado sobre o tema pelos parlamentares, o idealizador da reforma comentou que a alíquota média do novo sistema será mais baixa do que a alíquota média atual, principalmente porque a reforma estabelece mecanismos que combatem sonegação e fraudes, bem como impedem dupla tributação. A alíquota média atual é difícil de calcular, disse Appy, mas seria superior a 30%; a partir das novas regras

sugeridas pelo governo ao Congresso Nacional, a Fazenda estima que a alíquota média será de 26,5%.

Ainda assim, disse Appy, a alíquota será mais baixa que essa, já que alguns setores e produtos terão alíquota reduzida. "A alíquota média do novo sistema será mais baixa do que a alíquota média atual", disse o secretário.

Também na audiência, Appy disse que mais de 90% do projeto é de consenso com Estados e municípios.

Nos próximos dias, reafirmou, o governo deve enviar o segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária** - o texto tratará das regras de regulamentação do Comitê Gestor, do contencioso administrativo do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da distribuição da receita para estados e municípios e os saldos credores de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A expectativa é que o governo encaminhe o restante da regulamentação ao Congresso na próxima semana.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187865>

Reforma Tributária: regulamentação terá 6 relatores setoriais e um coordenador na Câmara

O grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que irá analisar e montar um relatório preliminar sobre o primeiro texto que regulamenta a **Reforma Tributária** terá ao menos seis sub-relatores setoriais, além de um relator geral que irá coordenar o resultado dos debates.

Os partidos já começaram a selecionar nomes de possíveis indicados para fazer parte do grupo de trabalho (GT).

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), porém, ainda não determinou data para início do GT. A definição atrasou com o foco dos trabalhos de deputados voltado para ajuda ao Rio Grande do Sul, que sofre com o desastre de inundações.

Entre os nomes cotados para as sub-relatorias estão Reginaldo Lopes (PT-MG), Baleia Rossi (MDB-SP) e Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR). A ideia é que cada sub-relator fique responsável por um tema, como: alíquotas reduzidas, cesta básica, regimes específicos, criação do CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), imposto federal, e IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), imposto local.

A **Reforma Tributária** unifica cinco **impostos** sobre consumo no Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Depois da arrecadação, o IVA será dividido em CBS e IBS. Parte do IBS, por sua vez, irá para estados, e outra para os municípios.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/05/09/reforma-tributaria-regulamentacao-tera-6-relatores-setoriais-e-um-coordenador-na-camara.ghtml>

Reforma tributária: como será a desoneração da cesta básica e outros alimentos (Reforma tributária)

A proposta pelo governo federal de regulamentação da **reforma tributária** divide os alimentos em três grupos, considerando critérios de essencialidade para uma dieta saudável e peso no consumo das famílias de baixa renda.

Haverá isenção total sobre um grupo de 18 alimentos in natura ou minimamente processados mais consumidos no país, que farão parte da Cesta Básica Nacional.

A lista inclui arroz, feijão, macarrão, entre outros. Esses produtos atualmente têm alíquota média indireta de 8% de PIS/Cofins e ICMS, que serão extintos.

Alimentos agrupados em uma "cesta básica estendida" terão desoneração de até 60% dos novos **tributos**. A alíquota deve ficar em 8,5% para os beneficiários do cashback e em 10,6% para demais consumidores. Em ambos os casos, o governo aponta uma redução em relação à carga tributária atual (15,8%).

As carnes bovinas entram neste grupo. O Ministério da Fazenda estima que incluir carne bovina na cesta elevaria a alíquota média dos novos **tributos** de 26,5% para 27,1%.

Além disso, a maior parte da renúncia tributária iria para famílias de maior poder aquisitivo. Com a redução de 60%, o produto já será menos tributado em relação à situação atual.

Os demais alimentos vão para a alíquota cheia estimada em 26,5%. A maior parte desses produtos são ultraprocessados.

Os processados que ficaram com benefício tributário são margarina e preparações infantis, ambos com alíquota zero, e algumas bebidas lácteas com redução de 60%.

Atualmente, a alíquota média dos alimentos é de 17,5%. Com a proposta do governo, cai a 13,3% para a população em geral e 11,1% para os mais pobres beneficiados com o cashback.

De acordo com a Secretaria da **Reforma Tributária** do

Ministério da Fazenda, a carga média dos alimentos favorecidos vai cair de 11,6% para 4,8%. No caso dos mais pobres, cairá para 3,9%, após o cashback.

O critério desagradou a bancada do agronegócio no Congresso, que defende a isenção integral de alimentos.

"Reforçamos nossa posição sobre a desoneração da Cesta Básica, sem cashback, para famílias que necessitam de acesso à comida barata e de qualidade, como medida urgente e necessária para combater a **inflação** de alimentos", disse em nota a FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária).

A Fazenda argumenta que a cesta básica, que hoje tem isenção de PIS/Cofins e ICMS, carrega uma carga tributária indireta de cerca de 13% em decorrência de resíduos tributários ao longo da cadeia de produção. Na visão da equipe econômica, o modelo proposto na reforma irá reduzir a carga paga por todos os cidadãos.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, avalia que a ampliação da cesta favorece o lucro de empresas que estão no meio da cadeia produtiva de alimentos.

Simulações do Banco Mundial apontam que, quando se coloca todos os alimentos na Cesta Básica Nacional, o que acaba com o cashback, a carga sobre o consumo dos 10% de menor renda sobe de 23,3% para 26,8%. A alíquota sobre outros produtos passa dos 26,5% projetados pelo governo para 28%.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/05/reforma-tributaria-como-sera-a-desoneracao-da-cesta-basica-e-outros-alimentos.shtml>

O que de fato está em jogo na Reforma Tributária brasileira?

A **Reforma Tributária** de 2024, aprovada em dezembro de 2023 após décadas de debates, representa um marco histórico para o sistema fiscal brasileiro. Mais do que apenas simplificar a cobrança de **impostos**, a reforma busca solucionar problemas estruturais que impactam a competitividade das empresas, a justiça social e o crescimento do país.

Mas o que está realmente em jogo com essa reforma?

Simplificação do Sistema Tributário

A reforma cria um novo imposto único, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unifica o PIS, COFINS, ICMS e IPI. Essa medida visa reduzir a burocracia para as empresas, diminuir os custos de compliance e facilitar o acompanhamento da carga tributária.

Combate à Evasão Fiscal

O IBS, com sua alíquota única, deve dificultar a sonegação de **impostos**, pois torna mais transparente a tributação de cada produto ou serviço. Isso pode aumentar a arrecadação de **impostos** e garantir mais recursos para o governo investir em áreas como saúde, educação e infraestrutura.

Justiça Social

A reforma prevê a criação de uma faixa de isenção do IBS para famílias de baixa renda. Além disso, produtos essenciais como medicamentos, alimentos e itens de higiene podem ter alíquotas reduzidas ou até mesmo serem isentos de **impostos**.

Crescimento Econômico

Ao reduzir a complexidade do sistema tributário e combater a sonegação, a reforma pode estimular o investimento das empresas, a criação de novos empregos e o aumento da produtividade. Isso pode levar a um crescimento econômico mais sustentável e inclusivo.

No entanto, a **Reforma Tributária** de 2024 também enfrenta desafios:

Regulamentação

A lei aprovada pelo Congresso Nacional define as diretrizes gerais da reforma, mas ainda depende de regulamentação pelo governo federal para que entre em vigor. Essa regulamentação precisa ser feita de forma transparente e com a participação da sociedade civil para garantir que os objetivos da reforma sejam alcançados.

Impacto nas empresas

A mudança para o IBS pode ter um impacto significativo nas empresas, que precisarão se adaptar ao novo sistema e atualizar seus sistemas de gestão. O governo precisa oferecer apoio às empresas durante esse processo de transição para minimizar os impactos negativos.

Efeitos na arrecadação

Ainda é incerto qual será o impacto da reforma na arrecadação de **impostos**. É importante acompanhar os resultados da implementação da reforma para avaliar se ela está realmente alcançando seus objetivos.

Em resumo, a **Reforma Tributária** de 2024 é uma oportunidade histórica para o Brasil melhorar seu sistema fiscal e promover o desenvolvimento econômico e social. No entanto, é importante que a reforma seja implementada de forma gradual e responsável, com o acompanhamento da sociedade civil e o apoio do governo às empresas.

Assista ao vídeo com o advogado tributarista Rafael Mantovani, coordenador do Grupo de Intercâmbio de Experiências em Assuntos Tributários (GIETRI) da Câmara Brasil-Alemanha AHK Paraná.

(*) HOMEWORK inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/o-que-de-fato-esta-em-jogo-na-reforma-tributaria-brasileira,54760345e8998257dc11507a2205d5ybi5d1go.html>

O impacto positivo da legalização das apostas on-line no país - VISÃO DO DIREITO

Matheus Puppe

Visão do direito - Matheus Puppe, É advogado especializado em direito digital, proteção de dados e Inteligência Artificial (IA). É mestre e doutor em direito digital pela Universidade de Frankfurt - Goethe, na Alemanha. Fundador do M. Puppe Associados

A nova legislação para o setor de apostas on-line representa um dos mais importantes passos dados recentemente pelo Brasil em prol da dinamização da economia.

A Lei 14.790, em vigor desde dezembro de 2023, dotou o país da atratividade necessária para empresas que buscam se expandir e estabelecer no mercado brasileiro, sempre tido como vibrante e promissor.

As normas agora vigentes deram ao Brasil o arcabouço jurídico necessário para converter seu potencial em empresas, receitas, empregos e arrecadação de **impostos**. Isso porque elas representam um primeiro passo concreto para a superação do quadro regulatório nebuloso e desatualizado que marcava o setor nacional de jogos - um ramo historicamente caracterizado pelo limbo jurídico resultante da combinação entre restrições severas e falta de diretrizes claras, com muito espaço para abusos e fraudes.

O Brasil passou a ter um regime de legalidade e controle rigoroso para a operação e a fiscalização do segmento, em sintonia com as práticas globais de integridade e transparência.

A regulação se mostra solução mais eficaz do que o ímpeto proibicionista, impossível de ser aplicado à realidade da internet e ao sucesso das apostas on-line - tratadas, nas discussões técnicas, como "apostas de quota fixa".

Ou seja: a mudança legislativa abriu caminho para novas oportunidades, tanto para empresas nacionais quanto internacionais, abrindo as portas do mercado brasileiro, rico e diversificado, e tirou das sombras uma atividade lucrativa e passível de tributações substanciais. A nova lei ainda reforçou a proteção ao

consumidor, estabelecendo padrões de operação justos e transparentes e assegurando direitos fundamentais aos apostadores.

Obrigações de compliance específicas e rígidas foram impostas pela lei 14.790/2023 e precisam ser cumpridas pelas operadoras, conhecidas como "Bets", para que a integridade e a segurança das operações de apostas sejam asseguradas. As empresas devem implementar, por exemplo, políticas eficazes de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), de Combate ao Financiamento do Terrorismo (CFT) e de identificação de Pessoas Politicamente Expostas (PEP), assegurando a observância aos protocolos internacionais e nacionais.

Cabe às Bets, ainda, fazer a proteção dos dados pessoais dos usuários, aplicando medidas rigorosas de segurança da informação, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e prevenir a manipulação de resultados por meio de mecanismos de equidade e transparência. Elas também ficam obrigadas a adotar práticas de prevenção ao jogo patológico e a promover o jogo responsável, incluindo ferramentas de autoexclusão dos apostadores e limites para as apostas.

Restrições importantes também foram impostas para garantir a prática ética. Um exemplo é a proibição do uso de cartões de crédito e criptomoedas, como forma de evitar o endividamento dos apostadores e de garantir a rastreabilidade das transações. Além disso, a publicidade das apostas deve conter mensagens informativas sobre o risco da atividade e não pode incluir campanhas que direcionem ou envolvam menores de idade.

O momento, portanto, é crucial para empresas e investidores que buscam entrar no mercado brasileiro, uma vez que a legislação passou a oferecer um ambiente propício e seguro para o investimento internacional em jogos e apostas e a estabelecer padrões elevados de operação e ética, que devem servir de modelo para outras jurisdições. Com esse novo quadro legal, o Brasil se posiciona como um líder na regulação de apostas esportivas e jogos eletrônicos, desenhando um futuro promissor para o

entretenimento e apostas digitais no país.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/5933/09-05-2024.html?all=1>

Governo negocia liberar máximo de emendas individuais ao Congresso

IANDER PORCELLA E SOFIA AGUIAR

O governo federal e o Congresso negociam o pagamento do máximo possível de emendas individuais de deputados e senadores ao Orçamento até 30 de junho, para destravar a votação de vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a projetos aprovados pelo Legislativo.

A expectativa é de que a sessão conjunta entre Câmara e Senado para analisar as medidas vetadas pelo petista ocorra hoje, após vários adiamentos.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, a liberação de todas as emendas individuais, que somam cerca de R\$ 25 bilhões este ano, no primeiro semestre não seria possível por questões técnicas. Mas o Palácio do Planalto se comprometeria a acelerar ao máximo os repasses. Essa seria a contrapartida para que os parlamentares mantivessem o veto de Lula ao calendário de pagamento de emendas previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

Apesar de o acordo ter avançado, ainda há uma divergência: o governo quer apenas empenhar as emendas (reservar os recursos para pagamento) até o fim de junho, enquanto o Congresso quer que as verbas sejam também executadas nesse prazo, ou seja, pagas de fato. Diante disso, a gestão federal ainda estuda os termos do acordo.

A data de 30 de junho é crucial para os parlamentares por causa da eleição municipal.

Emendas parlamentares são recursos no Orçamento da União que podem ser direcionados pelos deputados e senadores a seus redutos eleitorais para, por exemplo, realizar obras e implementar políticas públicas. Em ano de disputa por prefeituras, como é o caso de 2024, os parlamentares costumam usar essa prerrogativa para tentar impulsionar candidaturas de aliados.

EMBATES. O ritmo de liberação das emendas impositivas tem sido um dos principais pontos de embate entre Executivo e Legislativo desde o início do terceiro mandato de Lula no Planalto.

Apesar de o pagamento ser obrigatório, o governo pode decidir quando pagar. Nos primeiros meses

deste ano, a gestão petista atrasou novamente a liberação desses recursos, como em 2023, e provocou uma nova onda de insatisfação no Congresso, mesmo após ter prometido mais agilidade no calendário dos repasses.

Em fevereiro, quando começou a negociação do veto ao calendário, o governo editou um decreto que previa acelerar a liberação de emendas, mas sem as amarras da lei, como previsto na LDO. Parlamentares, contudo, passaram a reclamar que o Planalto não estava cumprindo o acordo político.

Segundo deputados ouvidos pela reportagem, contudo, da semana passada para cá os repasses aumentaram.

Conforme mostrou o Estadão/ Broadcast, o governo não queria ter o compromisso de fazer os pagamentos das emendas impositivas seguindo o calendário da LDO - o que aconteceria se o veto fosse derrubado -, porque a disponibilidade de recursos depende do ritmo da arrecadação de **impostos**.

Se o veto cair e o calendário voltar a ser obrigatório, a avaliação é de que o Orçamento ficará muito engessado em caso de frustração de receitas.

O acordo para a liberação de 100% das emendas individuais até 30 de junho seria um meio-termo em relação ao que havia sido aprovado pelos parlamentares.

Para ter mais controle sobre os recursos, os deputados e senadores incluíram na LDO um calendário com prazos definidos para o governo empenhar todas as emendas impositivas, não só as individuais, mas também as de bancada estadual no primeiro semestre.

Já a execução das verbas, pela LDO, ocorreria somente no caso das emendas relacionadas à saúde e à assistência social.

COMISSÃO. Outro veto negociado entre o governo e o Legislativo é na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, da qual Lula cortou R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão - um terceiro tipo de emenda que não tem pagamento obrigatório, mas virou moeda de troca no Congresso após o fim do orçamento secreto,

revelado pelo Estadão e posteriormente considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O esquema do orçamento secreto permitia o repasse dos recursos pelas cúpulas da Câmara e do Senado sem transparência.

O governo prometeu recompor, no caso das emendas de comissão, R\$ 3,6 bilhões dos R\$ 5,6 bilhões vetados. A negociação se encaminha para destinar, deste total, R\$ 1,9 bilhão para os colegiados do Senado e R\$ 1,7 bilhão para os da Câmara.

Planalto e Congresso, segundo apurou a reportagem, já identificaram onde deve haver essa recomposição, ou seja, quais rubricas foram atingidas pelo veto e que faziam parte de um acordo político.

A recomposição dessas verbas, contudo, depende da aprovação de um projeto de lei que recria o DPVAT, seguro para vítimas de acidentes de trânsito e, por meio de um "jabuti": altera o arcabouço fiscal para permitir ao governo antecipar a liberação de cerca de R\$ 15 bilhões em despesas. O texto já passou na Câmara e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas ainda precisa ser votado pelos senadores no plenário.

A previsão anterior era de que os vetos de Lula fossem votados em 24 de abril. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), porém, atendeu aos apelos do governo e adiou a sessão conjunta para que o Planalto tivesse mais tempo de negociar. A decisão contrariou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que disse que o Congresso havia tido tempo suficiente para "maturar" os vetos.

Bases

Em ano eleitoral, as emendas parlamentares podem beneficiar redutos de deputados e senadores

*

O QUE ESTÁ EM JOGO

Vetos presidenciais sob análise do Congresso

I Emendas de comissão

Lula vetou R\$ 5,6 bilhões das emendas de comissão, que foram turbinadas pelo Congresso.

Mesmo com a tesourada, o montante é recorde (R\$ 11 bilhões). Nesta modalidade, o dinheiro é indicado pelas comissões permanentes da Câmara e do Senado

I Calendário de emendas

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o principal veto de Lula foi ao calendário para empenho e pagamento de emendas impositivas (de pagamento obrigatório). Parlamentares haviam aprovado dispositivo que obrigava o governo a separar os recursos para essas emendas no primeiro semestre e a executar o gasto

I "Saidinhas"

O veto a trecho da lei que limita as saídas temporárias de presos do regime semiaberto em datas comemorativas é um dos que estão na pauta de votação. Com o veto, Lula permitiu as "saidinhas" para os presos visitarem as famílias

I Bagagens

O veto de 2022 do então presidente Jair Bolsonaro a um projeto de lei que retomava o despacho gratuito de bagagens continua na pauta do Congresso Nacional

I Fundos offshore

Lula vetou trecho da lei de taxação dos fundos offshore relacionado a sistemas de negociação em bolsas de valores e mercados de balcão. Para o governo, o texto aprovado pelo Congresso é muito restrito ao excluir sistemas centralizados bilaterais de negociação

I Amazônia

O presidente vetou diversos trechos do projeto de lei que concede a regularização de terras na Amazônia. Alegou que a proposta "incorre em vício de inconstitucionalidade na medida em que se propõe a extinguir cláusulas resolutivas de contratos que se encontram resolvidos"

I Lei das Licitações

Outro veto em jogo se refere ao projeto que alterou a Lei das Licitações e afeta serviços especiais de engenharia com valor superior a R\$ 1,5 milhão

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setores querem esticar prazo para a reoneração, mas Fazenda resiste

**MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA BRASÍLIA |
CARLOS EDUARDO VALIM**

Representantes dos 17 setores afetados pela reoneração pleiteiam no Ministério da Fazenda um prazo mais longo para o fim do programa. A desoneração da folha de pagamentos foi prorrogada até 2027 pelo Congresso Nacional, mas acabou suspensa por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

Diante do impasse provocado pela volta iminente da cobrança de **tributos** sobre a folha de salários, as empresas tentam convencer a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a manter a desoneração em 2024 e 2025, com retomada gradual da contribuição patronal sobre a folha até 2029. Haveria, portanto, uma recomposição de 20% da tributação a cada ano, o que ajudaria a diluir o impacto da reoneração e daria mais tempo para as companhias se planejarem.

A Fazenda não abre mão da reoneração da tributação sobre as atividades e recorreu ao STF para sustar a prorrogação do benefício.

Na atual etapa da negociação, os segmentos receberam sinais negativos sobre a extensão da desoneração por dois anos - a Fazenda só teria deixado espaço para negociar a manutenção da desoneração neste ano. Juntos, esses 17 setores incluem milhares de empresas que empregam 9 milhões de pessoas.

Hoje, eles pagam alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez da contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de salários. Como são intensivos em mão de obra, esses segmentos avaliam que o benefício é fundamental para a manutenção dos empregos.

A proposta dos empresários foi entregue a Haddad, que vem se mostrando refratário ao prazo mais alongado até 2029. Questionado por jornalistas ontem, ele negou que a ideia de esticar o escalonamento para além de 2027 esteja na pauta da equipe econômica.

As negociações, porém, vão continuar hoje. Segundo o líder do governo no Senado, Jacques Wagner (PT-BA), Haddad deve se reunir com o presidente do

Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e discutirá a proposta dos setores.

PRAZO. As empresas estão pressionadas pela data do dia 20 de maio, quando deverá ser retomada a cobrança da contribuição patronal pela alíquota cheia. Esse prazo apertado, como mostrou o Estadão, vem sendo usado pela Fazenda como estratégia de negociação e pressão sobre as empresas.

Ontem, o senador Efraim Filho (União-PB), autor do projeto que prorrogou a desoneração até 2027, se reuniu com representantes dos 17 setores no Senado para discutir a proposta encaminhada à Fazenda. Segundo ele, o objetivo foi demonstrar que os representantes das atividades estão coesos e que aguardam por uma resposta do ministro. "O maior desafio do País não é arrecadar e arrecadar mais, e sim gerar empregos e oportunidades. A desoneração se presta a essa finalidade, e a gente esteve aqui reunido com os setores aguardando a proposta que o ministro da Fazenda disse que encaminharia nesta quinta-feira." Ele defende que a solução seja dada ainda nesta semana para que o Congresso possa votar o projeto de lei, tanto na Câmara quanto no Senado, na próxima semana, a tempo de reverter a cobrança prevista para o próximo dia 20.

Segundo o senador, a premissa da negociação é que nenhum aumento de tributação ocorra neste ano. Ou seja, que o processo de reoneração comece apenas no ano que vem. Ele afirma ter recebido o indicativo da Fazenda de que esse termo da negociação pode ser atendido.

"O não acordo é ruim para os setores, mas também é ruim para o governo e é por isso que o Congresso Nacional tem se dedicado a encontrar, pela via da política, uma solução consensual", disse o parlamentar.

Se essa via prosperar, porém, ainda não se sabe qual poderia ser a medida compensatória da esperada renúncia fiscal neste ano. Parlamentares chegaram a aventar a possibilidade de vincular a receita à recriação do seguro nos moldes do antigo DPVAT, para vítimas de acidentes de trânsito, mas a ideia não prosperou.

"O não acordo é ruim para os setores, mas também

para o governo.

Por isso, o Congresso tem se dedicado a encontrar uma solução consensual" Efraim Filho (União-PB)
Senador

5 perguntas para...

FERNANDO PIMENTEL Diretor-superintendente da Abit

I Como o setor têxtil vê a discussão sobre a reoneração da folha?

Foi colocado um ator novo no processo. Agora, não só o Congresso e o governo estão na discussão. O Congresso aprova, o governo veta e, daí, ainda entra o STF no meio. Por outro lado, o Congresso está reagindo de maneira muito veemente.

I Qual o impacto nos negócios?

As empresas terão os seus orçamentos afetados. É um impacto até mesmo para setores que trabalham com investimentos de longo prazo, como a construção civil.

Esse é o quadro que estamos vivenciando, precisando lidar com o imprevisto.

O Brasil não precisa aumentar mais a insegurança no ambiente de negócios.

I Qual será o efeito para a economia?

Todo mundo reclama, com razão, que o grau de informalidade é grande na economia brasileira. Não vai ser aumentando os custos do trabalho formal que vamos combater o desemprego e outras condições de trabalho informal. O Brasil precisa pensar na questão da produtividade das pessoas. Existe um desafio que precisa ser visto pelo prisma de novas formas de trabalho que têm surgido.

Nesse contexto, não podemos retroceder nos esforços de formalização de empresas.

I O governo alega que a desoneração não atingiu o objetivo de criação de empregos.

Qual sua opinião?

No setor têxtil, o aumento de postos de trabalho depende do crescimento econômico. Essa é uma boa legislação, que acelera o processo de contratação formal de funcionários quando a economia cresce.

E, quando o ciclo econômico é mais baixo, a

desoneração ajusta o custo do emprego para manter a competitividade.

Tem de pensar em todo o custo do emprego, não apenas o salário, mas todo o custo para a empresa.

I Existe o risco de aumento da informalidade com a volta da alíquota cheia?

Infelizmente, existe o risco do desemprego, da informalização e do aumento de custos. Estamos procurando uma solução de consenso que preserve o que foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Com Copom dividido, Selic vai a 10,5%

» ROSANA HESSEL

Como esperado, o Banco Central desacelerou o ritmo de corte dos juros e reduziu, ontem, a taxa básica da economia (Selic) em 0,25 ponto porcentual, para 10,50% ao ano, em uma reunião dividida entre os nove diretores do Comitê de Política Monetária (Copom).

Após o **comunicado** apontando o fim do consenso entre a diretoria do BC, analistas veem que, nas próximas reuniões, haverá novas divergências, especialmente em relação à taxa terminal do ciclo de afrouxamento dos juros.

No terceiro encontro do Copom do ano e o primeiro após a mudança na meta fiscal no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, enviado no mês passado ao Congresso Nacional, o colegiado pôs uma pá de cal no consenso entre as alas ortodoxa (mais dura em relação ao controle da **inflação**) e a heterodoxa (mais leniente com a alta de preços), que vinha ocorrendo desde a troca de governo.

O grupo liderado pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, e composto pelos diretores mais antigos e escolhidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro - Carolina de Assis Barros, Diogo Abry Guillen, Otávio Ribeiro Damaso e Renato Dias de Brito Gomes - optou pelo corte menor, de 0,25 ponto porcentual. Já os diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, liderados pelo ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, que é cotado para substituir Campos Neto no fim do ano - Ailton de Aquino Santos, Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira - , votaram pela redução de 0,50 ponto porcentual.

No **comunicado**, o Copom reforçou a cautela no processo de afrouxamento dos juros e destacou que a conjuntura atual, "demanda serenidade e moderação na condução da política monetária", devido ao cenário externo mais incerto e mais desafiador e com um processo desinflacionário doméstico que tende a ser mais lento, com expectativas de **inflação** desancoradas. O comitê reforçou que "a política monetária deve se manter contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas".

Apesar de não sinalizar qual seria o corte da próxima reunião, o **comunicado** destacou que "a extensão e a

adequação de ajustes futuros na taxa de juros serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta".

"Ficou claro, como esperado, a divisão entre ortodoxos versus heterodoxos, novamente, e a pressão que o governo vai fazer favorável à turma heterodoxa.

Por enquanto, o Banco Central está protegido, e os juros vão cair lentamente, para 9,75% ao ano, talvez acima disso, porque a maioria ainda é ortodoxa", destacou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Para ele, não vai haver discussão sobre a próxima decisão, "mas a próxima divisão será sobre a taxa terminal" entre as duas alas.

"Os heterodoxos vão tentar levar a Selic para números menores do que o mercado está estimando.

É um sinal do que teremos pela frente. Uma decisão de presidência favorável ao Gabriel Galípolo, teremos um BC ainda mais heterodoxo com as escolhas no fim do ano e um BC problemático nos últimos dois anos do governo Lula", alertou Vale.

Juros reais elevados Com esse resultado, o Brasil segue na vice-liderança do ranking de juros reais (descontada a **inflação**), atrás apenas da Rússia, conforme dados levantados pelo economista Jason Vieira, da MoneYou. Na avaliação de Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, que esperava redução de 0,50 ponto porcentual na Selic, os juros básicos do Brasil estão elevados e há espaço para corte maior. "Mas, na nossa visão, esse corte menor faz sentido. Basicamente, há expansão fiscal, o mercado de trabalho está apertado, há pressão da **inflação** de serviços e expectativas de **inflação** desancoradas. Tudo isso justifica uma cautela maior na condução da política monetária", afirmou. Ele contou que esperava que essa cautela começaria apenas na próxima reunião do Copom, marcada para os dias 18 e 19 de junho. Para Padovani, o ritmo de corte na próxima reunião deverá ser mantido em 0,25 ponto porcentual. "O que vai entrar no debate agora é a taxa terminal. Tem muita gente achando que a Selic pode ir para mais perto 9,75%. Mas eu continuo achando que os juros reais são muito altos e tem espaço para cortar juros. E, por isso, o próximo presidente do Banco Central vai tomar mais riscos", acrescentou.

Setor produtivo Apesar das críticas à redução do ritmo do corte, entidades empresariais reconheceram a

importância da cautela da autoridade monetária no processo de redução dos juros. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) consideraram a decisão "inadequada". A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), defendeu a continuidade do processo de redução dos juros, porém, reconheceu que isso só será possível "se o quadro fiscal estiver equilibrado e em sintonia com a política monetária".

A Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), destacou a importância de o BC continuar comprometido com a redução da Selic "no longo prazo e de forma sustentável". "A redução na intensidade da queda de 0,5% para 0,25% mostra a preocupação do Banco Central em controlar a **inflação** e também é reflexo de um momento mais adverso da economia mundial, onde os Estados Unidos estão tendo que retardar o processo de queda nos juros", completou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5933/09-05-2024.html?all=1>

Ritmo lento

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, realiza sétimo corte seguido da taxa básica da economia (Selic) e reduz o ritmo de corte para 0,25 ponto percentual

HISTÓRICO

Mês do Copom Taxa Selic
Em % ao ano



*Decisão do Copom de ontem

**Mediana das projeções do mercado coletadas pelo Banco Central no Boletim Focus em 3 de maio de 2024

NO TOPO

Com nova taxa Selic, os juros reais (descontada a inflação) do Brasil continuam entre os mais altos do mundo em ranking de 40 países elencados pela MoneYou

Taxa de juro real ex-ante* - Em %

1	Rússia	7,79
2	Brasil	6,54
3	México	5,88
4	África do Sul	5,09
5	Colômbia	4,04
9	Índia	2,23
10	Estados Unidos	2,08
13	Chile	1,93
19	China	1,31
37	Holanda	-2,32
39	Turquia	-17,56
40	Argentina	-46,82

Média geral -0,12%



*Taxa de juro nominal atual, descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses

Fontes: Banco Central e MoneYou

COPOM reduz ritmo e taxa SELIC cai para 10,50% ao ano

ROSANA HESSEL

O Banco Central decidiu reduzir a taxa básica da economia (Selic) em 0,25 ponto percentual no segundo dia da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), desacelerando o ritmo de corte das reuniões anteriores, de 0,50 ponto percentual. Com isso, os juros básicos passaram de 10,75% ao ano para 10,50% ao ano. A decisão não foi unânime e refletiu a divisão do mercado, que estava dividido entre os cortes de 0,25 ponto percentual e 0,50 ponto percentual.

Votaram a favor do corte menor cinco diretores: Roberto de Oliveira Campos Neto (presidente), Carolina de Assis Barros, Diogo Abry Guillen, Otávio Ribeiro Damaso e Renato Dias de Brito Gomes. Já os diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defenderam um corte maior. São eles: Ailton de Aquino Santos, Gabriel Muricca Galí-polo, Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira.

O Comitê sinalizou que, na próxima reunião, em junho, deverá manter o ritmo de corte mais conservador e voltou a ressaltar que está acompanhando com atenção os desenvolvimentos recentes da política fiscal e seus impactos sobre a política monetária. "O Comitê reafirma que uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a ancoragem das expectativas de **inflação** e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária", destacou o **comunicado**.

Apesar da divisão no tamanho do corte, a nota do Copom reforçou a necessidade de "serenidade" na condução da política monetária e informou que, unanimemente, "o comitê avalia que o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas demandam maior cautela". "O texto ressaltou ainda que a política monetária deve se manter contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas. O Comitê também reforça, com especial ênfase, que a extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa de juros serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta", acrescentou.

Esse foi o primeiro encontro do Copom após o governo mudar a meta fiscal de 2025 e dos anos seguintes, adiando para 2026 o objetivo de zerar o rombo das contas públicas. Essa alteração em poucos meses que tinha entrado em vigor deixou o mercado mais dividido nas apostas para o corte da Selic, de acordo com analistas.

reação

Para a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), a decisão do Copom decepcionou. A entidade lembra que "a estimativa de **inflação** para 2024 está em 3,72%, significativamente inferior aos 4,62% observados em 2023. Além disso, se espera um crescimento econômico mais moderado neste ano em relação a 2023". A Fiemg defendeu a necessidade de "maiores cortes na taxa de juros" e afirmou que continuará monitorando as decisões do Copom. "Lutando por um ambiente econômico que favoreça o crescimento do setor industrial".

Os setores de comércio e serviços de Belo Horizonte comemoraram o corte nos juros ainda que em patamar menor. "Toda redução, mesmo que tímida, é positiva para o comércio. Afinal, a queda da taxa de juros afeta a confiança, aumenta o crédito disponível e, consequentemente, o consumo e os investimentos", afirmou o presidente da CDL/BH, Marcelo de Souza e Silva. Para o economista e sócio da Matriz Capital, Vinícius Moura, a falta de consenso entre os diretores do Co-pom, mostra um cenário de complexidade para a definição da taxa básica de juros.

"Fica claro que o BC resalta a necessidade de cautela em razão das incertezas globais e da dinâmica da **inflação** doméstica que, embora esteja em trajetória de desinflação, enfrenta pressões de uma **inflação** subjacente acima da meta", diz Moura. Já Marcelo Bolzan, planejador financeiro e sócio da The Hill Capital, avalia que a política monetária deve se manter contracionista. Ele lembra "a necessidade de maior cautela, já que o ambiente externo mostra-se mais adverso, em função da incerteza elevada sobre o início da flexibilização de política monetária nos EUA".

Para o economista-chefe da Acrefi, Nicola Tingas, a decisão dividida do Copom mostra o início do processo de transição no Banco Central, que até o fim do ano terá um substituto para o presidente Roberto

Campos Neto. Ele lembra que na ata da reunião anterior do Copom havia sinalização para um corte de 0,5 ponto percentual, que foi defendido pelos quatro diretores mais recentes do Banco Central, indicados pelo presidente Lula, enquanto os mais antigos, incluindo o presidente, votaram por um corte menor na Selic.

CNI CRITICA

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicou uma nota na noite de ontem logo após o Comitê de Política Monetária (Copom) ter decidido reduzir a Taxa Básica de Juros em 0,25 pontos percentuais (p.p.), e não em 0,50 p.p., como estava sendo feito em todas as outras reuniões desde agosto do ano passado. Na avaliação da entidade, a mudança de ritmo no corte de juros é vista como "inadequada". "Essa decisão é incompatível com o atual cenário de **inflação** controlado e torna impraticável continuar o projeto de neointustrialização do país com altos níveis de taxa de juros", destacou o presidente da CNI, Ricardo Alban. Na visão da entidade, a queda nas concessões de empréstimos evidencia as sérias dificuldades em tomar crédito, devido ao custo elevado, e prejudica os investimentos, a produtividade e a competitividade. "Reduzir o ritmo de corte da taxa básica tira a oportunidade de o Brasil alcançar mais prosperidade econômica, aumento de emprego e de renda", completa o presidente da CNI.

Site: <https://digital.em.com.br>

Copom rachado reduz menos os juros - CELSO MING

CELSO MING

Esta foi uma reunião do Copom em alguns pontos diferente das anteriores. Isso mostra mudanças relevantes na economia.

Depois de seis reuniões seguidas, quando os juros básicos (Selic) caíram 0,5 ponto percentual por vez, nesta quarta-feira, o Banco Central decidiu reduzir a dose do corte para 0,25 ponto percentual. A Selic agora está a 10,5% ao ano.

Fato relevante foi a divisão dentro do Comitê. Todos os diretores (quatro dos nove) que votaram pelo corte maior, de 0,5 ponto, foram conduzidos ao Copom pelo presidente Lula - que vem urgindo mais pressa no corte dos juros. Dá para imaginar que essa aliviada no acelerador aumentará a gritaria dos mais radicais, no governo e adjacências.

O que também contribuiu para mudar a tendência foi a quebra da intenção revelada anteriormente (forward guidance) para a decisão desta reunião. No **comunicado** de março, foi antecipado que o mercado deveria esperar mais um corte de 0,5 ponto percentual também agora.

Outra novidade: os dirigentes do Copom não sinalizaram o que pretendem na mexida prevista para junho. Mas, na avaliação do Banco Central, algumas coisas passaram a exigir "mais cautela" na trajetória dos juros.

O **comunicado** divulgado após a reunião desta quarta-feira menciona certos fatores, alguns com ênfase, outros veladamente.

A valorização do dólar que se seguiu à decisão do Fed (o banco central dos Estados Unidos) de adiar o início do ciclo de baixa dos juros produziu a alta das cotações em reais. Em janeiro, o dólar foi negociado a R\$ 4,80; em abril seu preço avançou para até R\$ 5,20; neste maio, continua perto dos R\$ 5,10. O efeito dessa alta foi o encarecimento no Brasil dos produtos importados e das commodities cotadas em moeda estrangeira, como milho, soja, café, petróleo.

A área fiscal se deteriorou.

Com leniência, o governo Lula desistiu do arcabouço

fiscal sólido e passou a trabalhar com déficit.

Além de exigir novas despesas para socorro e reconstrução, as catástrofes ocorridas no Rio Grande do Sul derrubarão a arrecadação, o consumo, o emprego e os negócios. Ou seja, o governo federal injeta mais recursos no mercado, na contramão da política monetária contracionista do Banco Central.

Espera-se, também, aumento do consumo em consequência do fortalecimento do poder aquisitivo da população, por causa do recuo do desemprego e do aumento da renda média. Apesar do comportamento moderado do custo de vida, os preços dos alimentos seguem em alta.

O Copom responsabilizou as pressões inflacionárias globais e a "resiliência da **inflação** de serviços" como fatores que determinaram o corte menor nos juros.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>



Crise gaúcha e a negação da ciência - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

A economia do Rio Grande do Sul deverá sentir os efeitos dessa inundação por muito tempo, mesmo depois de superado o pior da tragédia. É uma economia que enfrentou crises climáticas em três dos últimos cinco anos. Pelo fato de ter acontecido em maio, a perda imediata será menor porque atinge os 20% da safra não colhida, mas a perda de capital é mais difícil de superar. Para a economia do país é uma nova complicação, num quadro já complexo. O Banco Central ontem reduziu o ritmo do corte dos juros, em parte pelo aumento das pressões por mais gasto público, mas deu a impressão de estar dividido politicamente.

As perdas humanas são irreparáveis e a dor dos gaúchos comove o país. As cenas estupefacentes do quase naufrágio de um estado inteiro, e os relatos das pessoas sem água potável no meio de uma inundação lembram todos os cenários dramáticos que os cientistas vêm descrevendo há anos. O pior é saber que no Congresso brasileiro aumentou o ritmo da marcha pela destruição ambiental dos bio-mas brasileiros. O Observatório do Clima fez uma lista de 21 projetos lesivos ao meio ambiente que avançam no Congresso.

Um deles tem o potencial de desmatamento 30 vezes maior do que o que ocorreu no ano passado. Outro, se aprovado, significará o desmatamento de 32% do Pampa. E é de autoria de um deputado do Rio Grande do Sul, Lucas Redecker.

- Se durante o governo Bolsonaro havia quatro ou cinco projetos em situação de aprovação iminente, agora isso saltou para 20. O que significa isso? A agenda que era de Bolsonaro atravessou a rua e agora está no Congresso -diz Mareio Astrini, coordenador do Observatório do Clima.

Ontem, não foi votado na CCJ do Senado o relatório do senador Mareio Bittar favorável ao projeto do senador Jaime Bagattoli que permite a redução da reserva legal na Amazônia nos municípios onde houver 50 % do território de áreas protegidas. Bittar está de licença médica. Só por isso esse projeto não avançou. Mas ele é demolidor, segundo nota técnica do MMA. Bittar já havia apresentado em 2019, junto com o senador Flávio Bolsonaro, um projeto (que não

prosperou) ainda mais radical: simplesmente acabava com a reserva legal.

Quem nega a ciência contrata a morte. Os defensores desses projetos de ataque aos bio-mas são negacionistas. Eles estão decidindo, por nós, que o país deve correr o risco do desequilíbrio ambiental, como o que faz com que o Rio Grande do Sul viva esses dias terríveis. O estado começou o ano passado na seca, terminou inundado, e agora enfrenta a segunda grande enchente em poucos meses. Os negacionistas decidem também que o país pode continuar destruindo a Amazônia, mesmo com agrada seca vivida pelos rios da região. O país inteiro tem sinais evidentes de distúrbio no clima, mas a marcha da destruição continua.

No curtíssimo prazo é preciso socorrer os gaúchos com todo o tipo de ajuda, da voluntária à governamental. É uma emergência social e climática. No médio prazo terá que haver um plano para a economia gaúcha, mas não será fácil. O estado tem sido castigado sucessivamente.

-O estrago vai deixar uma marca importante. O que eu acho preocupante é o efeito de longo prazo. A economia gaúcha é madura, com um setor agropecuário de relevância, mas que tem enfrentado uma sequência longa de desastres. Há claramente uma destruição do equipamento físico muito relevante, uma perda de capital recorrente muito difícil de ser recomposta. Principalmente em uma área onde há tanta propriedade menor, e empreendimentos familiares - avalia o economista José Roberto Mendonça de Barros.

Na economia brasileira como um todo haverá uma perda de **PIB**, mas não forte, e um aumento de pelo menos 0,1 ponto percentual no IPCA com a queda da produção gaúcha. A ajuda ao Rio Grande do Sul que deve ocorrer e ser célere, mas não pode ser vista como uma porta para mais gastos em outras áreas ou outros estados.

A redução da queda dos juros foi um sinal ruim por dois motivos. Os juros de 10,5% são muito altos e a diretoria ficou dividida entre quem foi indicado por Bolsonaro, e quem foi escolhido pelo presidente Lula. Mas isso é apenas um ruído imediato, que pode ser superado. Resgatar os gaúchos dessa crise é

problema mais grave, e que fica mais difícil diante de um Congresso insensível a todos os sinais do clima e incapaz de ouvir a ciência.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Senado autoriza antecipar R\$ 15,7 bi em gastos



Plenário. Aprovação foi por 41 votos a favor e 28, contra; base governista prometeu veto pedido por opositor

LAURIBERTO POMPEU BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem, por 41 votos a 28, a antecipação de R\$ 15,7 bilhões em despesas no Orçamento federal deste ano. O dispositivo foi incluído no projeto de lei (PL) que recria o seguro DPVAT (Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres). A ideia é que o valor faça parte de um acordo entre governo e Congresso, na análise de vetos presidenciais no Orçamento.

Como não passou por mudanças em relação ao que foi aprovado na Câmara, o PL agora é enviado para a sanção ou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Esse valor será incorporado à base de cálculo do arcabouço fiscal e poderá ser usado todos os anos, com acréscimo da **inflação**. A margem para o aumento de despesas faz parte de uma estratégia do governo para atender diversas pressões por mais gastos.

Uma delas é a movimentação do Congresso para derrubar o veto feito pelo Palácio do Planalto em R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão, ao publicar a lei que estabelece o Orçamento de 2024. O governo tenta chegar a um acordo para que o veto seja mantido parcialmente, com a preservação de R\$ 3,6 bilhões para o manejo de parlamentares.

- Desses R\$ 15 bilhões, uma parte é para o acordo que foi feito na emenda, mas o restante vai ser consumido, muito provavelmente, na questão do Rio Grande do Sul -disse o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que foi o relator do texto.

APOIO DE ALCOLUMBRE

Após sucessivos adiamentos, a pedido da base governista, uma sessão do Congresso para analisar vetos presidenciais em leis aprovadas no Legislativo está marcada para hoje. Além do veto nas emendas de comissão, também estão previstas derrubadas de vetos em um calendário de liberação de emendas e no projeto que restringia a "saidinha" dos presos.

O texto atual do arcabouço fiscal já permitia ao governo federal ampliar as despesas neste ano, caso haja a avaliação de que a previsão de receitas é melhor que a arrecadação do ano passado. Essa ampliação, pelas regras de hoje, seria feita a partir do relatório de avaliação de receitas e despesas a ser divulgado em 22 de maio.

O PL aprovado ontem antecipa essa liberação com base no relatório divulgado em 22 de março. Além disso, dispensa a análise do Congresso sobre o destino da verba, atribuindo essa definição para um ato do Poder Executivo.

Além de Wagner, a aprovação da medida contou com a articulação do senador Davi Alcolumbre (União-AP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Ex-presidente da Casa, ele deseja voltar ao comando no ano que vem e quer ter o apoio do governo.

Por outro lado, a medida contou com a resistência da oposição, que se manifestou contra a volta do DPVAT e criticou a medida de antecipar o volume de despesas. De acordo com o líder do governo, a taxa do seguro ficaria em torno de R\$ 50, mas ainda será definida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Para reduzir a resistência, Wagner anunciou que o governo vai atender, com um veto parcial, um pedido do senador Alan Rick (União-AC), de retirar o trecho que pune o motorista que atrasa o pagamento do seguro. De acordo com o texto atual, há multa de R\$ 195,23 e desconto de cinco pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Planalto resiste a separar benefícios e salário mínimo



GABRIEL REIS/VALOR/3-5-2024

Nova regra. Pasta comandada por Tebet sugere nova regra de reajuste

SÉRGIO ROXO BRASÍLIA

Aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva avaliam como remota a chance de o governo adotar uma proposta para desindexar os reajustes de programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o abono salarial dos aumentos do salário mínimo. A ideia tem sido apresentada pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

Embora Tebet ainda não tenha apresentado uma proposta concreta, ela tem defendido uma discussão sobre o tema. Auxiliares de Lula avaliam que isso faz parte de uma articulação com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na semana passada, o ministro recomendou, em postagem numa rede social, um artigo de Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), que defende a desindexação.

Pessoas próximas a Lula garantem que propostas como essa, por ora, não terão o respaldo do Palácio do Planalto porque teriam um enorme impacto político, principalmente para a parcela mais pobre da população. Na segunda-feira, a presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), rebateu a defesa da desindexação feita por Tebet.

Em entrevista ao jornal Valor, a ministra revelou que, entre as medidas em estudo por sua pasta para reduzir os gastos do governo, está a possibilidade de que esses benefícios sejam corrigidos apenas pela **inflação**. Com a indexação, os benefícios seguem a

regra de reajuste do salário mínimo, retomada no ano passado com a volta de Lula ao poder. Por ela, o mínimo é reajustado com base no crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes e na **inflação** do ano anterior.

FÔLEGO FISCAL

Tebet disse ao Valor ter dúvidas que o país tenha fôlego fiscal para manter essa política de correção também para os benefícios. Uma das propostas do Planejamento é adotar um reajuste menor, por exemplo, acrescentando 1% à atualização pelo IPCA, principal índice de **inflação** do país.

Hoje, o BPC e o abono salarial consomem R\$ 100 bilhões em gastos por ano. Nas contas da Fazenda, a cada R\$ 1 de aumento no mínimo, os gastos indexados, incluindo a Previdência, sobem por volta de R\$ 350 milhões ao ano.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Desastre afeta mais de 80% da atividade econômica no RS



Contas. Ceasa retoma atividades em Gravataí; produtores tentam calcular quanto será perdido da produção de arroz e soja

As enchentes afetaram mais de 80% da atividade econômica do Rio Grande do Sul, segundo estimativa da Federação das Indústrias do estado, a Fiergs. Segundo a entidade, 67% dos municípios gaúchos foram atingidos.

- As perdas econômicas são inestimáveis no momento. Uma infinidade de empresas teve suas dependências completamente comprometidas. Além dos danos gigantescos de capital, os problemas logísticos devem afetar de forma significativa todas as cadeias econômicas do estado - disse o presidente em exercício da Fiergs, Arildo Bennech Oliveira.

Diante da gravidade da crise, o Ministério do Trabalho vai permitir medidas de flexibilização como adoção do teletrabalho (home office), antecipação de férias individuais e coletivas, adoção de banco de horas e feriados prolongados. Estas ações não teriam de passar obrigatoriamente por acordo com sindicatos de trabalhadores. A previsão é que as medidas vigorem até dezembro.

O Rio Grande do Sul representa de 6% a 7% do **PIB** brasileiro e é importante produtor de arroz, soja e farelo de soja. Na indústria, responde por fatia relevante da produção nacional de calçados e móveis.

A decisão do governo de autorizar a importação de até 1 milhão de toneladas de arroz para mitigar os efeitos da tragédia é apenas a face mais visível do impacto das inundações sobre a economia do país. O estado responde por 70% da produção nacional de arroz.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o próximo Plano Safra vai prever diversificação de culturas, para evitar concentração alta em um único estado.

Os efeitos começam a causar reflexos no setor industrial de outros estados. No Rio, entidades associadas à Rio Indústria, já relatam problemas para obter matérias-primas junto a fornecedores do Rio Grande Sul e começam a buscar outros fornecedores.

Veja alguns dos principais impactos na economia: Setor automotivo A produção nacional de veículos cresceu 6,3% de janeiro a abril em relação a igual período do ano passado. Mas o presidente da Anfavea, associação das montadoras, Márcio de Lima Leite, diz que o cenário pode piorar já que fabricantes de autopeças paralisaram atividades no Rio Grande do Sul: -Estamos com a luz amarela. O que está acontecendo no Rio Grande do Sul pode impactar as empresas. Alguns fabricantes trabalham com estoques, e manifestaram preocupação com fornecedores que suspenderam operações.

Setor têxtil Cerca de 60% da produção têxtil do estado foi afetada. Fernando Valente Pimentel, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), disse à coluna de Míriam Leitão, que o estado responde por 3,5% da produção nacional. São 2.808 empresas, que empregam 30 mil pessoas. Se o quadro permanecer por 30 a 60 dias, diz, a produção do estado cairá à metade.

Arroz Cerca de 20% da produção de arroz ainda não foi colhida, e parte deve se perder. Segundo Andressa Silva, diretora-executiva da Associação Brasileira da Indústria de Arroz (Abiarroz), há relatos de silos de armazenagem inundados. Além das perdas de produção, o setor teme alta do preço do frete.

- Hoje, sair de Santa Maria para Porto Alegre, leva onze horas em vez de três. O preço do frete com certeza aumenta. Já o preço do produto vai depender da disponibilidade-disse.

Entidades calculam que perdas na produção podem causar prejuízo de R\$ 68 milhões aos produtores.

Soja O estado é o segundo maior produtor de soja e o terceiro maior de farelo de soja do Brasil. São 6,7 milhões de hectares plantados, e a previsão era de uma produção de 22 milhões de toneladas da commodity, ou 15% da produção brasileira.

A consultoria Cogo Inteligência em Agronegócio estima que 30% das plantações de soja não tinham sido colhidas, com risco de perda de 6,5 milhões de toneladas.

Milho Antes da chuva, a expectativa era de produção de 5,3 milhões de toneladas no estado, ou 5% da safra nacional de milho. Grande parte já foi colhida. A consultoria Datagro estima colheita de 5,1 milhões, com prejuízos de até R\$ 12 milhões.

Carnes O professor da FGV Agro Felipe Serigati afirma que o estado tem produção relevante de proteína animal, sobretudo suínos, frangos e ovos, e algumas granjas foram afetadas pelas inundações. Além disso, com as chuvas, a ração pode demorar mais a chegar ou chegar com custo mais alto.

O estado, segundo relatório do Goldman Sachs, responde por 17% do abate nacional de suínos; 13% de frango; e 5% de bovinos.

Móveis A indústria moveleira teme falta de insumos. Euclides Longhi, presidente da Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul (Movergs), diz que, embora a maioria do setor trabalhe com estoque de matérias-primas, é possível haver ruptura na produção por falta de alguns itens dentro de 15 a 20 dias.

Calçados O setor de calçados é forte no estado e vem sofrendo com as chuvas. A fabricante de calçados Usaflex decidiu dar férias coletivas por 15 dias para seus 3.200 colaboradores nas quatro fábricas nas cidades de Parobé, Igrejinha, Campo Bom e Dois Irmãos.

Varejo O estado é responsável por 7% das vendas no varejo brasileiro e cerca de 6% do volume no comércio eletrônico do país, segundo estimativas do Goldman Sachs. (Eliane Oliveira, Carolina Nalin, Ana Flávia Pilar, Juliana Causin, Renan Monteiro, Geralda Doca e Ana Carolina Diniz)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>